

**DO NU AO VESTIDO.  
O TRAJE DA BANHO FEMININO E A CULTURA PRAIANA  
CARIOCA NO SÉCULO XIX**

*From nudity to dressed.*

*The female swimsuit and the carioca beach culture in the 19<sup>th</sup> century*

Martins, Giselle Barreto; mestrandia; Universidade Estadual do Rio de Janeiro,  
gisellebarretomartins@yahoo.com.br<sup>1</sup>

Lima, Guilherme Cunha; PhD; Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
gecunha@globlo.com<sup>2</sup>

## **Resumo**

O objetivo deste artigo é lançar um olhar sobre os primórdios da formação de uma cultura praiana brasileira, tomando como referencial a cidade do Rio de Janeiro. É dada ênfase a questões sócio-antropológicas inerentes a assimilação de um modelo europeu de civilização e ao traje de banho feminino.

Palavras-chave: Traje de banho; Praia; Rio de Janeiro; História e Civilidade.

## *Abstract*

*This article is dedicated to the origins of the Brazilian beach culture formation, taking the city of Rio de Janeiro as reference. It emphasizes social and anthropological questions related to the assimilation of a European civilized model and the female swimsuit.*

*Keywords: Swimsuit; Beach; Rio de Janeiro; History and Civility.*

## **Introdução**

Em 2012, de acordo dados fornecidos pela empresa Invista e publicados no boletim SEBRAE 2014 – Fortaleza, 88% das mulheres brasileiras tem pelo menos um biquíni em seu guarda roupa. Nesse mesmo ano, a Associação

---

<sup>1</sup> Tecnóloga em Estilismo pelo SENAI Cetiqt (1994); bacharel em Comunicação Visual pela PUC Rio (1999); com MBA em Marketing pela ESPM SP (2005) e especialista em Pesquisa de Comportamento e Consumo pelo SENAI Cetiqt (2012). Tem experiência profissional em Design Editorial e de Moda e é mestrandia em Design no PPDESDI.

<sup>2</sup> Doutor em Design Gráfico pela University of Reading, Inglaterra (1993); assessor técnico da FAPERJ; professor Associado da UERJ, onde é coordenador do PPDESDI; consultor da CAPES e do Inep; pesquisador 1D do CNPq e ex-membro do Comitê Assessor de Design (2006-2009). Tem experiência na área de Desenho Industrial, com ênfase em Programação Visual.

Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT) divulgou que o Brasil era o maior mercado consumidor de moda praia do mundo e um dos principais lançadores de tendências para esse segmento. Na contramão de outros segmentos do vestuário, fortemente influenciados por modas internacionais, a moda praia nacional detinha a preferência praticamente unânime entre as consumidoras brasileiras.

Vestir um biquíni, ir à praia e tomar banho de mar parecem hábitos que sempre fizeram parte da cultura brasileira. No entanto, até o século XIX, o mar e a praia não eram utilizados como espaços de lazer, tampouco havia um traje específico para frequentá-los. Nas cidades litorâneas, como o Rio de Janeiro, o mar prestava-se essencialmente à navegação, à pesca e ao despejo de dejetos produzidos pela população da cidade.

Separando esses dois momentos extremos há uma trajetória ainda pouco explorada pelas pesquisas no campo da moda. Nesse sentido, o presente artigo lança um olhar sobre os primórdios dessa história, buscando, através de uma revisão bibliográfica, compreender suas origens, dando ênfase à experiência feminina.

A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como *locus* da pesquisa por sua relevância política e cultural durante o período analisado: o século XIX. Tanto que seu *status* de capital (primeiro do Império, depois da República) já proporcionava às cariocas certo prestígio em relação às modas, ao mesmo tempo que lhes oferecia condições de assimilar mais prontamente novidades vindas de fora. Coerente com o conceito de *imitação prestigiosa*, elaborado pelo antropólogo francês Marcel Mauss, essa dinâmica mostra o quanto os indivíduos procuram imitar atos efetuados por quem confiam e consideram bem-sucedidos (2003, p.405), tendência que caracteriza especialmente este período.

#### **Antecedentes**

Ao chegarem em terras brasileiras, os primeiros invasores portugueses e franceses se surpreenderam com a liberdade nativa em relação à exibição do corpo e à sexualidade. Os constantes banhos, ‘dez, doze por dia’, tomados principalmente em rios, para alívio contra as altas temperaturas e asseio corporal, contrastavam sobremaneira com os padrões de higiene e decoro europeus. Oriundos de uma sociedade com regras morais distintas, fortemente

influenciada pela igreja católica, acreditavam que os banhos suscitavam a promiscuidade.

Segundo o sociólogo Gilberto Freyre (2001, p.183), em um primeiro momento, esse comportamento dos indígenas causou certo deslumbramento ao colonizador:

‘foi nas mulheres [nativas] que os europeus encontraram maior resistência à imposição do vestuário moralizador mas para elas [considerado] anti-higiênico’. (...) Quando obrigadas pelos calvinistas franceses a andarem vestidas durante o dia claro, às primeiras sombras da noite despiam saias e camisas e largavam-se nuas pelas praias em delicioso à vontade. (FREYRE, 2001, p.183)

Entretanto, o modelo social que acabou por prevalecer em nossa colonização caracterizou-se como patriarcal, católico, latifundiário e escravocrata, contrastando sobremaneira com a liberdade corporal indígena, principalmente no que tange ao comportamento das mulheres de elite.

Quanto ao vestuário e à exibição do corpo, havia uma distinção entre mulheres da elite e mulheres cativas. Nas primeiras valorizava-se atributos como ‘castidade, vergonha, recolhimento, pejo, encolhimento, sizudesa e modestia’, considerados ‘o insigne distintivo das mulheres do Brasil’. Quanto às pretas e pardas ‘falta[-lhes] talvez a compostura, e sobeja liberdade’ (COUTO apud FREYRE, 2001, p.512, 538-539), em função da condição de guardiãs da virtude das senhoras brancas a custo de seus corpos. (FREYRE, 2001, p. 538-539)

As mulheres de famílias distintas viviam sob um sistema de semi reclusão em suas casas, o que estimulava o hábito de se vestirem mais à vontade, ‘em mangas de camiza, com as gollas tão largas que às vezes cahem e se lhes veem os peitos’. Padrão igualmente adotado por homens e crianças.

As ruas, onde circulavam escravos, negros de ganho, malandros e todo tipo de gente suspeita, eram consideradas perigosas. Por isso, as senhoras saíam de casa apenas para idas à igreja ou eventuais visitas, mas sempre acompanhadas.

Figura 1: Detalhe de uma reprodução da aquarela “Visita a uma fazenda”, de Jean Baptiste Debret, onde se observa o modo de trajar “a vontade” dentro de casa, característico da vida cotidiana no Brasil Colônia e que perdurou durante as primeiras décadas do século XIX.  
Fonte: O Brasil de Debret. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Villa Rica Editoras Reunidas, 1993.



#### **A Europa e processo civilizatório**

O século XIX levaria a sociedade brasileira, e especialmente a carioca, a profundas transformações, tanto que torna-se pertinente voltar primeiro as atenções para a Europa, para compreender o processo de mudanças sociais em curso desde o século XVI.

A partir dos anos de 1500, a Europa passaria por um processo de transição do modelo cavaleirístico-feudal para as monarquias absolutas, que impactaria não só as estruturas sociais, mas também as estruturas psicológicas dos indivíduos. O conceito de cortesia, que regia as relações entre os nobres, aos poucos foi sendo assimilado pela classe burguesa, enriquecida pelo comércio, ao mesmo tempo que a reorganização do poder em torno de uma sociedade aristocrática de corte conduzia a uma crescente sofisticação dos modos.

De acordo com o sociólogo Gilles Lipovetsky (2004, p.61), a moda, fenômeno que surgiu no mundo ocidental no final da Idade Média, colaboraria sobremaneira com esse processo, proporcionando um meio de expressão da individualidade no contexto dos valores cortesões. Expressa principalmente através do vestuário, ela romperia com o caráter estritamente hierárquico das estruturas sociais, atrelada às antigas tradições medievais, despertando um gosto crescente por novidades. A moda também atuava como estratégia de

distinção, articulando-se ao novo padrão de comportamento adotado pela aristocracia, baseado no conceito de civilidade.

Segundo Norbert Elias (2011, p.160), também sociólogo, o conceito de civilidade foi se delineando ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, a partir da divisão entre os aspectos da vida que poderiam ser exibidos em público e os que deveriam ficar restritos à intimidade por serem considerados vergonhosos. Posturas, gestos, vestuário, expressões faciais e outras diversas formas de exteriorização das emoções e dos instintos naturais foram sendo gradualmente contidas, como se houvesse uma barreira invisível de controle, tanto individual quanto coletivo. Moldando-se às normas de civilidade em formação, as funções corporais migrariam da esfera pública para a privada. Se na sociedade feudal não havia uma preocupação em exibir o corpo nu em público ao dormir ou ao ir a uma casa de banhos, com o tempo a exibição da nudez se tornaria inadequada. Entre os aristocratas da corte, as atividades cotidianas passaram a exigir um grau cada vez maior de sofisticação. Isso incluía o domínio de uma variedade de regras de conduta e etiqueta, assim como o uso de novos artefatos, como o garfo, a camisola e o lenço, intermediando o contato.

No século XVIII, o conceito de civilidade, evoluiria para o de civilização, envolvendo sua difusão para outras nações e até mesmo para classes sociais menos privilegiadas, sendo a França e, posteriormente, também a Inglaterra, os principais modelos. Com a decadência das monarquias absolutas e a consagração do poder social da burguesia capitalista, 'o controle das ânsias instintivas' seria justificado sob a forma de moralidade. Ao longo do século XIX a lógica do trabalho pautaria o estilo de vida geral, impondo um autocontrole mais rígido das emoções, além de uma maior segregação entre os sexos e a associação de sexualidade à vergonha. (ELIAS, 2011, p.177-178)

#### **Civilidade e moda na Corte carioca**

A transferência da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, revolucionaria a vida no Rio de Janeiro. A cidade, promovida a capital do império português, passaria por grandes transformações para se adequar ao estilo de vida da corte recém-instalada. É nesse contexto que surgem instituições ligadas às artes e às ciências, como a Academia de Belas Artes e o Jardim Botânico, e

inaugura-se a imprensa. O contraste entre os padrões europeus e a vida no Rio de Janeiro colonial era tão grande que os edifícios são obrigados por lei a sofrer alterações para se adaptarem aos novos padrões estéticos e a antiga elite se vê diante da necessidade de civilizar seus costumes para não perder sua influência. O relato a seguir ilustra a impressão negativa da Corte diante do Rio de Janeiro colonial:

[...] uma das primeiras medidas de Paulo Fernandes [Desembargador do Paço] foi decretar a extinção das rótulas<sup>3</sup> que enfeavam a fisionomia da cidade. Herança mourisca, sobrevivência do harém, as rótulas haviam sido trazidas de Portugal para o Brasil pelos povoadores da terra. [...] Originavam-se na extremada ciuemeira dos velhos lusitanos, [...]. O efeito das rótulas, além de enfeiar a fachada das casas, era prejudicar-lhes a higiene, dificultando a ventilação e arejamento. Simultaneamente, estimulavam o desmazelo nos cuidados pessoais com a aparência, nos trajos e usos domésticos. (COARACY, 1965, p.183 e 185)

A partir da abertura dos portos ao comércio com nações amigas, em 1810, a nova corte passaria a ter acesso inédito a todo tipo de mercadoria (de manteiga à tecidos sofisticados) provenientes de nações como França e Inglaterra em pleno processo de Revolução Industrial. Ao longo das décadas seguintes, surgiriam novos tipos de ambientes sociais, como lojas, cafés, confeitarias e teatros, dando ares mais modernos à cidade. Abria-se a possibilidade de uma vida social fora dos limites da casa e da igreja, principalmente para as mulheres, exigindo maior dedicação e cuidado com a higiene e a aparência, num desejo de se igualar à aristocracia europeia. ‘O dinheiro, as propriedades, o número de escravos ou a cor da pele’, antigas insígnias de classe da sociedade colonial, não eram mais suficientes para distinguir a ‘boa sociedade’. Tanto que a moda, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, teria um papel importante como ‘marca de distinção social’ e de uma ‘sociabilidade moderna’. (RAINHO, 2002, p.56)

#### **O banho de mar terapêutico, a moral e o traje de banho**

Os primeiros tratados europeus de medicina promovendo os benefícios

---

<sup>3</sup> Janelas de treliça que permitiam, para quem estava dentro da casa, enxergar o que acontecia na rua, impedindo a visão de seu interior pelos transeuntes.

dos mergulhos em água gelada e salgada datam do século XVII, sendo aplicados no tratamento de diversos males, tanto físicos como mentais.

A prática do banho de mar à moda europeia foi introduzida oficialmente no Rio de Janeiro por D. João VI. Era uma alternativa moderna de tratamento para algumas picadas de carrapato que custavam a cicatrizar. Fugindo das praias poluídas próximas ao Paço, o imperador desfrutava de uma casa de banhos particular, localizada na praia da Ponta do Caju, na Baía de Guanabara – o primeiro balneário carioca. Para entrar no mar ele utilizava uma tina de madeira com furos, que permitiam a entrada da água, que era presa à terra firme com o auxílio de cordas.

Figura 2: Edifício da antiga Casa de Banho de D. João VI, localizada na Praia do Caju 385, onde atualmente funciona o Museu da Comlurb. Esta praia, às margens da Baía de Guanabara, foi aterrada e sua vista foi substituída por um muro.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa\\_de\\_Banho\\_de\\_Dom\\_João\\_VI\\_-\\_mediaviewer/Ficheiro:Casa\\_de\\_Banho\\_D.\\_João\\_VI\\_no\\_Caju.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_de_Banho_de_Dom_João_VI_-_mediaviewer/Ficheiro:Casa_de_Banho_D._João_VI_no_Caju.jpg)



Seja pelo prestígio associado às modas que vinham de fora ou pelo clima tropical da cidade, os banhos de mar terapêuticos caíram nas graças dos os cariocas. Havia desde alternativas populares, como as praias de banhos, até serviços mais elitizados, como as barcas de banhos, que ofereciam cabines para a troca de roupa. Estas exigiam uma rígida separação entre os sexos: de um lado da embarcação banhavam-se os homens e do outro as mulheres. Já nas

praias essa divisão era menos rígida, permitindo a alguns banhistas um pouco mais de liberdade. Tanto que um código de posturas da câmara municipal, datado de 1838, proibia o banho nu nas praias da cidade para homem e para mulheres, livres ou escravos, costume que perdurou até meados do século XIX.

Segundo B. J. Barickman (2008, p.83), historiador americano que investigou a evolução dos banhos de mar no Rio de Janeiro ao longo do século XIX, seria difícil crer que, em uma cidade onde a maioria da população era analfabeta, o discurso médico-terapêutico fosse do conhecimento de todos a ponto de ser o principal estímulo à popularização dos banhos. Isso mostra que a tradição nativa dos banhos ainda se mantinha arraigada entre as classes populares, menos influenciadas pelo recato corporal que passou a ser cultivado pela 'boa sociedade', além de serem atraentes como atividade de lazer e refresco.

Para a chamada 'boa sociedade', ciente de seus rígidos padrões morais quanto à expressão da sexualidade e à exibição do corpo em público – principalmente para as mulheres – o vestuário usado nos banhos deveria disfarçar as formas do corpo, estando seco ou molhado. Daí a adoção de uma espécie de pijama amplo, de tecido pesado, composto por calças bufantes até os tornozelos e uma túnica larga cobrindo os quadris, que deixava à mostra só os pés, as mãos e a cabeça.

Por volta de 1846, surgem os primeiros calções de lã como trajes de banho, uma alternativa mais adequada à natação por permitir maior liberdade de movimentos. No entanto, a prática de esportes ainda era pouco difundida no Brasil. Complementos também vão sendo incorporados ao figurino, como roupões de lã para a saída da água, tamancos ou botinas para os pés, além de toucas para a proteção dos cabelos femininos, antes usados presos em tranças no alto da cabeça.

Revistas femininas, nacionais e importadas, ajudavam a difundir as modas europeias em trajes de banho para as elites, que poderiam ser encontradas no comércio local em elegantes magazines como o Parc Royal<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Loja inspirada nos famosos magazines franceses, inaugurada em 1873 e que localizava no Largo de São Francisco, região central da cidade.



Figura 3: A edição brasileira da revista “A Estação”, de 15 de julho de 1881, trás figurinos e moldes importados de “costumes de banho”. O modelo a esquerda, com calças, é indicado para quem gosta de nadar. Já o da direita, para quem não é adepta da natação. Vê-se também opções de acessórios para os banhos de mar: touca “com larga viseira”, “chinella para banho”; luva de tricô para fricções, utilizada na saída do banho para aquecer o corpo; “sacco de banho” em crochê, além de um cinto largo de tricô (uma espécie de cinta) “que sustenta perfeitamente o corpo, e pela sua elasticidade presta-se a todos os movimentos”. Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br>.



Na virada do século XIX para o XX, a descrição de um traje de banho de ‘uma dama de respeito’ carioca reflete uma evolução no sentido de uma maior sofisticação dos costumes, sob nítida influência da moda, além de um rígido controle sobre o corpo, delimitando com rigor o que deve ser mostrado em público:

[...] umas calças muito largas de baeta tão áspera que, mesmo molhada, não lhe pode cingir o corpo. Do mesmo tecido, um blusão com gola larguíssima, à marinheira, obrigada a laço, um laço amplo, que serve de enfeite e, ao mesmo tempo, de tapume a uma possível manifestação de qualquer linha capaz de sugerir o feitio vago de um seio... As calças vão até tocar o tornozelo quando não caem num babado largo, cobrindo o peito do pé. Toda a roupa é sempre azul-marinho e encardaçada de branco. Sapatos de lona e corda, amarrados no pé e na perna, à romana. Na cabeça, vastas toucas de oleado, com franzidos à Maria Antonieta, ou exagerados chapelões de aba larga, tornando disformes as cabeças, por uma época em que os cabelos são uma longa, escura e pesada massa. (EDMUNDO, 2003, p.522-525)

Esse alto grau de controle social e desejo de reproduzir um modelo europeu de civilidade considerado prestigioso, reflete-se no hábito de se banhar até a primeira hora da manhã. A pele clara, símbolo distintivo de uma elite escravocrata e mestiça, deveria ser preservado dos raios do sol. Além disso, tentava evitar o convívio com uma frequência de moral mais suspeita: ‘(...) sete da manhã (...), depois dessa hora, que é a hora das *cocottes*<sup>5</sup> e da rapaziada bulhenta que nada, que rema, grita, prega partidas e quer divertir-se’. (EDMUNDO, 2003, p.522-525)

Também a chegada à praia e a entrada no mar exigiam preparo adequado. Cabines de madeira instaladas nas praias de banho podiam ser alugadas para a troca de roupa, sendo que as mesmas serviam para levar o banhista até dentro d’água, com o auxílio de uma carroça – garantia de privacidade e segurança no mergulho. Casas de banho localizadas no quarteirão que se estendia da Rua do Passeio até a Rua de Santa Luzia, ofereciam os serviços de banhistas profissionais para auxiliar moças, senhoras e idosos durante o mergulho. Cordas fixadas à terra firme e a uma espécie de boia posicionada além da arrebentação também serviam como arrimo e segurança aos banhistas.

---

<sup>5</sup> Palavra francesa usada na época para designar mulheres de costumes mais liberais.

Figura 4: Vista da praia de Santa Luzia, no centro do Rio de Janeiro. Ao fundo, a esquerda, vê-se um prédio horizontal, onde funciona o “Grande Estabelecimento de Banhos de Mar de Santa Luzia”. Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br>.



Mesmo com o uso de um figurino restritivo, mergulhos sob a penumbra da madrugada e toda uma parafernália para garantir a segurança física e moral os banhistas, para a época, os banhos de mar não deixavam expor, principalmente as mulheres, a situações que colocavam à prova seus padrões morais. Por exemplo, o auxílio do banhista profissional, querendo ou não, favorecia um contato corporal mais íntimo, inconcebível em qualquer outra situação social. Sem contar com o ‘voyerismo’ de banhistas mais audaciosos. Tanto que eram comuns avisos do tipo: ‘É expressamente proibido fazer furos nestas cabines a verruma ou pua, os encontrados nesta prática devendo ser entregues à ação da Polícia’.

Os banhos de mar acompanhariam a expansão da cidade em direção ao litoral sul, passando a ser praticados nas praias do Flamengo e de Botafogo, sendo que esta também se tornaria palco de famosas regatas. Desde 1872, investidores faziam planos para a integração de Copacabana à malha urbana da cidade, então um areal semideserto e reduto de uma colônia de pescadores. Já se vislumbrava o potencial de crescimento da região, devido a suas águas límpidas e à beleza da paisagem, atributos que se afinavam ao discurso higienista em voga. Mas somente com a abertura de um túnel ligando Botafogo à Copacabana e a chegada do bonde, em 1892, que a ocupação da região ganharia algum impulso, embora ainda tímido. (O'DONNELL, 2013, p.32-33)

Figura 5: Anúncio do Parc Royal publicado na edição de janeiro de 1920 da Revista da Semana. Este magazine foi um

dos mais elegantes estabelecimentos comerciais de moda do início do século XX no Rio de Janeiro. Na ilustração, vê-se, à direita, a mureta da praia do Flamengo, utilizada para banhos de mar desde meados do século XIX.

Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br>.



**BANHOS DE MAR:**

Todos os artigos

Toilettes para Banho. Toucas. Capas, Calçado de Banho, Sandalias, Cintos, Chapéus de Lona, Roupões Felpudos, Camisolas lisas ou listradas com as cores de todos os Clubs.

**SORTIMENTOS ENORMES**  
**PREÇOS INCONFUNDIVEIS**

**PARC ROYAL**  
A MAIOR E A MELHOR CASA DO BRAZIL

#### Considerações finais

A adoção de um modelo europeu de civilização, valorizando a novidade, o consumo e a sociabilidade, transformou a sociedade carioca em um período

de cem anos. Manifestações mais liberais das emoções e dos modos, livremente aceitas até então, deram espaço à polidez dos gestos e ao pudor. No caso específico das mulheres, sua atuação antes se restringia ao universo da casa e da religião, convivendo dentro de um círculo social restrito. Isso lhe permitia uma certa despreocupação em relação às aparências e a exposição do corpo nu, desde que no contexto adequado – e os banhos eram um deles.

Sob um novo modelo de civilidade, a mulher iria conquistar novos espaços de atuação, sem que isso, no entanto, representasse a conquista de maior liberalidade. Assumindo um caráter mais subjetivo, o controle social sobre o comportamento dos indivíduos adquire regras e padrões. A moda auxilia nessa dinâmica graças a seu caráter efêmero, gerando uma tensão constante sobre estar ou não adequada, gerando uma exposição constante a análise do outro.

Com a adoção dos banhos terapêuticos, o corpo sofreria um controle ainda mais rígido, tanto social quanto indumentário, o que parece contrastar com a ideia que se tem hoje de uma cultura praiana carioca. No entanto, a aparente liberdade atual e mesmo a trajetória de evolução do design de trajes de banho ao longo do século XX, marcada por um gradativo desnudamento, na verdade, representam a continuidade desse processo de subjetivação.

## Referências

BRAGA, João; PRADO, Luís André. Moda e história no Brasil. Das influências às autorreferências. São Paulo: Pyxis Editorial, 2011.

BARICKMAN, B.J. Um uso carioca: o banho de mar no século XIX e em começos do século XX. Arizona: 2008.

CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. O museu vai à praia – moda e cultura. Rio de Janeiro: CCBB, 1995.

COARACY, Vivaldo (V. Cy). Memórias da cidade do Rio de Janeiro. Volume 3. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965.

DISITZER, Marcia. Um mergulho no Rio. 100 anos de moda e comportamento na praia carioca. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. O mundo dos bens. Coleção Etnologia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

EDMUNDO, Luís. O Rio de Janeiro do meu tempo. Edições do Senado Federal, vol.1. Brasília:

Senado Federal, 2003. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000059.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014, às 23:20.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Volume I: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, 2ª ed.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Ed. Global. São Paulo, 2011.

GASPAR, Claudia Braga. Orla carioca – história e cultura. São Paulo: Metalivros, 2004.  
Apresentação: CORRÊA, Marcos Sá.

LIPOVETSKY, Gilles. O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, [1987] 2004.

O'DONNELL, Julia. A invenção de Copacabana. Culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. A cidade e a moda. Brasília: Editora UNB, 2002.